

Temer avança e põe Meirelles em xeque

Por Angela Bittencourt

A corrida eleitoral no Brasil mudou de patamar na última semana pela ocorrência de três eventos, na seguinte ordem: a intenção do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de firmar um acordo com o presidente Michel Temer para lançar-se candidato à Presidência da República até que o presidente decidisse se disputaria ou não a reeleição; o assassinato da vereadora do Psol Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes no Rio de Janeiro que está, há um mês, sob intervenção federal contra a violência; e a decisão, informada a aliados pelo presidente Michel Temer, de concorrer à reeleição em outubro, conforme noticiou o jornal "O Estado de S. Paulo" na edição de domingo.

A morte da ativista despertou comoção, alicerçou protestos em toda parte e mostrou que as esquerdas não perderam a capacidade de articulação e de somar esforços em defesa de suas causas. Os atos em memória de Marcielle acompanhados por multidões nas capitais das grandes cidades e, principalmente, em São Paulo e Rio, coincidem com a proximidade do julgamento de recurso encaminhado pela Defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que já condenou Lula a 12 anos e 1 mês de prisão. Em decisão de segunda instância.

Essas três informações colocam combustível na corrida eleitoral e podem precipitar a sucessão no Ministério da Fazenda e a recomposição da equipe econômica de Temer.

Cresce defasagem entre o Brasil e as maiores economias

O ministro da Fazenda pode ter queimado sua última caravela ao antecipar ao presidente da República, via imprensa, que deixaria a Pasta no início de abril para circular pelo país, mostrar seus feitos e tornar-se conhecido - sendo que, se em três meses, seu nome não decolasse retiraria a candidatura para apoiar Temer caso este decidisse disputar a reeleição. O presidente devolveu a ousadia de Meirelles na mesma moeda. Segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", o presidente teria afirmado a pelo menos três interlocutores estar decidido a buscar um novo mandato.

Com essa ação, em tese, Temer desmobiliza seu ministro da Fazenda que não teve de esperar tanto tempo quanto supunha para decidir se permanece na Pasta até dezembro. Permanecer no ministério tem sido a alternativa apontada por Meirelles à candidatura. A despeito dessa intenção, os cargos de ministro pertencem ao presidente da República. E o tempo todo.

Meirelles assumiu, há semanas, o interesse de se candidatar em outubro e, a partir daí, passou a dedicar boa parte do seu tempo a entrevistas concedidas a veículos de comunicação de Norte a Sul. A atitude do ministro instigou o núcleo político do governo a pensar na sucessão de Meirelles e no deslocamento do titular de Planejamento, Dyogo Oliveira, para a Fazenda. A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, tornou-se o principal nome a ser acionado para comandar o Planejamento.

O núcleo político de Temer é formado pelos ministros palacianos Eliseu Padilha (Casa Civil), Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e Carlos Marun (Secretaria de Governo), além do senador Romero Jucá (líder do governo no Senado).

Nas últimas semanas, Henrique Meirelles reforçou sinais de que o secretário-executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, seria por ele indicado a comandar a casa, caso deixasse o governo para disputar a eleição. Guardia - experiente e reconhecido especialista em políticas e contas públicas - é identificado, porém, com o governador Geraldo Alekmin, do PSDB, e também postulante ao cargo de presidente do Brasil, a partir de 1º de janeiro. Guardia já atuou como secretário de governo do tucano.





Dyogo Oliveira, além de ter como padrinho Romero Jucá, a quem substituiu logo após o senador afastar-se do comando do Ministério do Planejamento em função de apurações acerca da Lava-Jato, conquistou o presidente Temer ao propor a liberação das contas inativas do FGTS no ano passado e apoiar medidas que possam aquecer o consumo para melhorar a atividade ainda que no curto prazo, uma vez que um ciclo alentado de crescimento depende de estabilidade macroeconômica de longo prazo que só vingará com a reforma da Previdência. Essa reforma, mesmo enxuta, ficará para o próximo governo que, muito provavelmente, terá de propor sua ampliação durante os quatro anos de gestão do presidente a ser eleito em outubro.

As razões acima são algumas pelas quais o mercado financeiro reagirá no caso de eventual troca de Meirelles por Oliveira, que é considerado "flexível" o bastante para aprovar medidas com potencial para atrair votos ao candidato do governo à eleição e que está mais para Temer do que para Meirelles. Contudo, a reação do mercado pode ser limitada pela evaporação da agenda econômica em tempos de campanha. Também contribui para conter a reação dos mercados o fato de a política monetária começar a ser orientada para 2019.

Tome a eleição o rumo que tomar, é ponto pacífico que o crescimento sustentado dependerá fundamentalmente de uma agenda

que promova a produtividade. O Brasil deixou para trás a recessão e cresce há trimestres, mas está em absoluto atraso em relação a outras economias. E não há dúvida de que o próximo presidente terá de dar início à compensação do que em breve será um abismo.

Segundo a OCDE, de 2014 a 2017 o Brasil encolheu 5,5%, enquanto os EUA cresceram 9,5%, os países da zona do Euro, 7,8% e o mundo 14,2%. Aplicando as projeções da OCDE para este ano e o próximo, de 2014 a 2019 o Brasil terá expandido sua economia em 0,4%, os EUA em 14,6%, a zona do Euro em 12,3% e, o mundo, em 22,7%.

Ao próximo presidente também vai se impor a necessidade urgente de restabelecer a confiança no país. Ainda que o risco-país mostre equilíbrio em patamar muito melhor que o visto no passado recente, a taxa de câmbio sugere um vazamento importante de dinheiro para o exterior. Não fosse assim, o Brasil não teria déficit praticamente zero no balanço de pagamentos e embora receba ao ano US\$ 80 bilhões de investimento externo direto o dólar está entre R\$ 3,20 e R\$ 3,25. Sem demanda, o câmbio estaria bem abaixo de R\$ 3. Talvez em torno de R\$ 2,80.

Angela Bittencourt é jornalista e escreve às segundas-feiras.

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

TCU reconhece que a 'regra de ouro' só será cumprida de modo 'excêntrico'

Por Murillo Camarotto | De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) acredita que a "regra de ouro" das contas públicas será cumprida em 2019 por meio de um instrumento considerado "excêntrico", mas não ilegal. O órgão alerta, porém, que o atendimento da regra será apenas formal, sem qualquer alteração no deteriorado quadro fiscal do país.

A expectativa no órgão de controle é de que o Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) do ano que vem seja enviado ao Congresso junto com um projeto de lei de crédito adicional, que vai contemplar todas as despesas correntes que só poderão ser pagas mediante empréstimos. Será a primeira vez que o governo admitirá, logo de saída, que não têm fôlego para pagar as contas sem tomar dinheiro emprestado.

Prevista na Constituição, a "regra de ouro" proíbe o governo de tomar empréstimos para pagar despesas correntes. O endividamento é autorizado apenas para investimentos. O descumprimento pode levar à acusação de crime de responsabilidade pelo presidente da República.

Com as sucessivas quedas na arrecadação federal registradas nos últimos anos, entretanto, o cumprimento da regra foi ficando cada vez mais complicado, já que as despesas continuaram a crescer. Para 2019, o atendimento da regra ficou praticamente inviabilizado, deixando como última opção o acionamento das ressalvas constitucionais.

O Artigo 167 da Constituição diz que o uso das operações de crédito para despesas correntes só será possível após aprovação, por maioria absoluta, nas duas casas do Congresso Nacional.

O envio de um projeto de crédito adicional junto com a Ploa divide opiniões no TCU, mas há um certo consenso de que não se trataria de algo ilegal. "Trata-se de uma situação em que há cumprimento [da 'regra de ouro'], mas na qual você continua usando o endividamento para pagar despesas correntes. É como pagar o almoço no cheque especial todos os dias", disse um auditor do TCU.

Há ainda uma preocupação com a necessidade de reforma da legislação. Os técnicos do tribunal entendem que a intenção da lei é boa, mas que o cumprimento se tornou impossível. Se consideradas as duras

consequências legais de um eventual descumprimento, a necessidade de atualização do texto é ainda maior. Houve, no início deste ano, tentativas de mudança no Congresso, mas as negociações não evoluíram e foram para a gaveta.

O Tesouro estima que as operações de crédito estão excedendo em R\$ 208,6 bilhões as despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida pública) neste ano, o que é vedado pela Constituição.

Na semana retrasada, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que a equipe econômica iria tratar da "regra de ouro" já em abril, quando o governo tem que enviar ao Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

"A gente vai tratar disso no envio em abril, vamos esperar mandar a LDO", afirmou ao ser questionado sobre o tema. De acordo com o entendimento da consultoria técnica do Congresso Nacional, o governo tem que preparar as peças orçamentárias do ano que vem já prevendo que haverá um buraco para o cumprimento da norma constitucional.

Projeção indica déficit primário de R\$ 21,5 bi em fevereiro

Por Ribamar Oliveira | De Brasília em janeiro.

Mesmo com a excepcional arrecadação registrada em fevereiro, o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) registrou déficit primário de R\$ 21,5 bilhões no mês passado, segundo estimativa dos economistas Sérgio Gobetti e Carlos Vernieri, especialistas em finanças públicas.

As projeções dos economistas mostram que a receita da União, líquida das transferências aos Estados e municípios, ficou em R\$ 77,7 bilhões e a despesa total em R\$ 99,2 bilhões. O resultado oficial de fevereiro será divulgado pelo Tesouro Nacional no fim deste mês.

O governo já previa déficit em fevereiro, por causa da forte transferência de recursos para os Estados e municípios, que ocorreu no mês passado, em função, principalmente, da repartição da receita do Imposto de Renda obtida

Fevereiro é, tradicionalmente, um mês de déficit nas contas da União. Em fevereiro de 2016, o déficit do governo central foi de R\$ 25 bilhões e de R\$ 26,3 bilhões no mesmo mês de 2017.

Gobetti e Vernieri montaram um modelo de estimativa do resultado fiscal baseado nos dados do Siafi, o sistema eletrônico que registra todas as despesas e receitas da União. A receita total da União em fevereiro, estimada pelos economistas, foi de R\$ 105,5 bilhões, com crescimento nominal de 12%. Essa receita é líquida de restituições e incentivos fiscais, diferente da que será divulgada pela Receita Federal, provavelmente na próxima semana, que é bruta.

Do total de R\$ 105,5 bilhões, R\$ 66,5 bilhões foram arrecadados por tributos administrados pela Receita Federal (aumento nominal de 16,7%), R\$ 29,9 bilhões com as

contribuições da Previdência Social (crescimento nominal de 5%) e R\$ 9 bilhões de receitas não administradas (concessões, dividendos, royalties, etc), aumento de 4,6%.

Pelas contas dos dois economistas, os maiores aumentos foram do Imposto de Importação (II), mais 37,7% em termos nominais, do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), mais 27%, da Cofins, 21,6%, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mais 20,8%. A arrecadação com o Imposto de Renda subiu 7,1%.

Até o dia 22, o governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional o relatório de avaliação de receitas e despesas relativo ao primeiro bimestre. No documento, o governo dirá se haverá descontingenciamento das dotações orçamentárias, que foram bloqueadas em R\$ 16,2 bilhões no início de fevereiro.

União dará recursos para a segurança no Rio

Dinheiro irá para estado e forças da intervenção, além de verba para ministério. Total chegará a 'alguns bilhões'

RENATAMARIZ E RODRIGO TAVES

BRASÍLIA - O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, anunciou ontem que o governo vai abrir um crédito extraordinário para liberar recursos para a segurança pública do Rio de Janeiro, com destinação de parte do dinheiro para o caixa do estado e o restante para as forças federais de intervenção. Além disso, também destinará verba para o Ministério da Segurança Pública, criado há cerca de um mês. Dyogo não adiantou valores, mas afirmou que as duas ações, somadas, devem chegar a "alguns bilhões". — Acho precipitado adiantar valores, porque os números estão sendo fechados. A soma dos dois é na casa de bilhão — afirmou Dyogo, depois de se reunir com o presidente Michel Temer e outros ministros no Palácio da Alvorada. À

noite, o ministro acrescentou que, embora ainda dependa de um levantamento que o Ministério da Segurança vai finalizar nos próximos dias, o valor será de "alguns bilhões".

Ele afirmou que o governo terá até o fim desta semana para fechar os valores, decidir as fontes dos recursos e mandar as propostas ao Congresso. No caso dos recursos do Rio, a liberação será por meio de medida provisória (MP), o que agiliza o processo, já que a MP tem força de lei após editada. Já para o Ministério da Segurança Pública, será enviado um projeto de lei ao Legislativo. Além de Dyogo, estiveram com Temer os ministros Raul Jungmann (Segurança Pública), Torquato Jardim (Justiça), Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), Eliseu Padilha (Casa Civil), Sérgio Etchegoyen (GSI). Como as duas medidas precisam do aval do Congresso, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder do governo na Câmara, também foi chamado ao encontro.

DEFINIÇÃO ESTA SEMANA

Dyogo explicou que ainda não recebeu os cálculos do ministro da Segurança Pública ou das Forças Armadas, que comandam a intervenção, sobre os valores necessários. Haverá hoje no Rio uma reunião do interventor, general Braga Netto, com Luiz Fernando Pezão. Segundo Dyogo, ao longo desta semana, serão definidos os montantes e as áreas de onde os recursos serão remanejados: — O que ficou acertado foi o prazo: até o fim desta semana identificaremos as fontes e enviaremos (ao Congresso). O governo tem sido cobrado a definir o orçamento da nova pasta de Jungmann, bem como se haverá novos aportes financeiros para a intervenção no Rio. A pressão por ações concretas cresceu após o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, na quarta-feira. Antes do crime, estava previsto que Temer fosse ao Rio, mas ele desistiu. A reunião de ontem não constava da agenda oficial.